

Prazos darão o ritmo ao trabalho do Congresso

João Domingos

BRASÍLIA — Incansável durante a elaboração da Constituição de 1988, o ex-líder do PMDB na Assembleia Constituinte, deputado Nelson Jobim (RS), acha que a partir da próxima quarta-feira, dia 15, quando o Congresso Nacional retoma suas atividades, os parlamentares voltarão àqueles dias em que o ritmo normal de trabalho era de quase 20 horas por dia. "O que fizemos até agora foi muito pouco. Há muito mais à espera", afirmou Jobim. Outro infatigável, o deputado José Lins (PFL-CE) dá um conselho aos preguiçosos: "Fiquem em casa."

Logo ao reabrir o ano legislativo, Câmara e Senado começam a examinar, em regime de urgência, e isoladamente, as propostas de adaptação dos seus regimentos internos à nova Constituição. Paralelamente, o Congresso — ou seja, o plenário das duas Casas reunidas — terá de voltar no tempo, pois o prazo dado pela Carta para a elaboração do Código de Defesa do Consumidor encerrou-se no dia 2, quinta-feira. O assunto é polêmico e tem três defensores: deputados José Yunes (PMDB-SP), Raquel Cândido (PDT-RO) e Geraldo Alkmin Filho (PSDB-SP). "A aprovação do Código só se dará com muita negociação", prevê o deputado Luís Roberto Ponte (PMDB-RS), um dos grandes negociadores do lado dos empresários.

Salários — Até o dia 27, o Congresso terá de apreciar a medida provisória nº 37, assinada pelo deputado Ulysses Guimarães quando estava no exercício da Presidência da República, durante viagem do presidente Sarney a Angola, há dez dias. A medida repõe perdas salariais causadas pelo Plano Verão. Antes, nos dias 24 e 26, estarão terminando os prazos para votação de outras duas medidas provisórias, também assinadas por Ulysses Guimarães, mas menos importantes que a 37: a que estipula a política tributária para os territórios de Roraima e Amapá e a que dá prazo até 14 de fevereiro para aceitação de cheques emitidos em cruzados velhos.

Enquanto as discussões e votações se desenrolarem no plenário da Câmara, onde ocorrem as sessões do Congresso Nacional, as lideranças cuidarão da distribuição de tarefas a cada parlamentar, para que possam ser apresentados, o mais rápido possível, projetos de lei regulamentando mais de 200 artigos da Constituição. "Nossa preocupação está voltada para os direitos dos trabalhadores, para a regulamentação da lei de greve, para a nova lei de diretrizes e bases da educação e para o projeto das eleições presidenciais", disse o deputado Paulo Delgado (PT-MG).

O deputado Octávio Elísio (PSDB-MG) já apresentou, com 82 artigos, o projeto de lei que fixa as diretrizes e bases da educação. O projeto se fundamenta em estudo elaborado pela Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa, apresentado em reunião realizada em abril de 88, em Porto Alegre (RS). De esquerda, favorável ao ensino público e gratuito, o deputado sabe que vai enfrentar muitos desafios para aprovar suas idéias. Mas, se se repetir a tendência da Constituinte, o projeto de Octávio Elísio deverá ser aprovado, com pequenas modificações a serem feitas nas tradicionais negociações de lideranças.

Greve — O PT queria adiantar-se também no projeto que regulamenta a greve, mas foi batido por três parlamentares: Domingos Leonelli (sem partido-BA), Raquel Cândido (PDT-RO) e Gonzaga Patriota (PMDB-PE). Restou a Paulo Paim (PT-RS) apresentar projeto definindo o que é serviço essencial, no qual a greve é proibida. Segundo o deputado, essencial é apenas aquele serviço indispensável à manutenção da vida, assim entendidos os de assistência médica, hospitalar e de primeiros socorros e enfermagem.

Em abril, vencem diversos prazos para o Congresso votar e aprovar projetos de lei. Entre eles: instituição do novo Sistema Tributário Nacional, cujo limite é o dia 1º; seguridade social e planos de custeio e benefícios da Previdência, com prazo até o dia 3; apreciação de todos os decretos-leis editados até 2 de setembro de 1988 e ainda não aprovados ou rejeitados, com limite também até o dia 3.

José Varela — 8/7/88



Jobim: "Fizemos pouco"

Wilson Pedrosa — 22/8/88



Lins: Preguiçosos se cuidem

Ana Carolina Fernandes — 11/10/87



Delgado: Educação na mira